

COC-04/72

CONTRATO de concessão para exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e remoção de esgotos sanitários, que entre si fazem, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR e a Prefeitura Municipal de MATINHOS, conforme adiante se declara:

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, compareceram de um lado, o Município de MATINHOS, por seu Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei nº 105/72, de 26/06/ 1972 e do outro, a Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, neste ato representada por seu Diretor Presidente Engº Munir Saab e seu Diretor Financeiro Engº Napoleão de Araujo, para firmar o presente contrato de concessão, nas condições expressas nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA - Fica concedido à SANEPAR, criada pela Lei Estadual nº 4684, de 23/01/63, a exploração e operação dos serviços públicos de abastecimento de água e remoção de esgotos sanitários da cidade de MATINHOS, pelo prazo de 30 anos, obedecida a legislação vigente e aplicável à espécie.

PARAGRAFO UNICO - Para os fins previstos no presente contrato são designados: a- Concedente: Prefeitura Municipal; b-Concessionaria: Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR.

SEGUNDA - Para um perfeito desempenho do encargo aqui assumido, compete à Concessionária, com exclusividade, diretamente ou mediante contrato com entidade especializada em Engenharia Sanitária: a- Estudar, projetar e executar as obras relativas à construção, ampliação ou remodelação dos sistemas públicos de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários municipais; b- Atuar como órgão coordenador, executor ou fiscalizador de execução dos convênios celebrados, para os fins do item A, entre o Município e Órgãos Federais ou Estaduais; c- Operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários; e , d- Emitir, fiscalizar e arrecadar as contas dos serviços que prestar.

TERCEIRA - É delegada à Concessionária, competência para fixar tarifas que permitam a justa remuneração do investimento, o melhoramento e a expansão dos serviços e assegurem o equilíbrio econômico e financeiro do sistema explorado, de acordo com o disposto no artigo 167 e seus incisos da Constituição Federal.



QUARTA - É vedado à Concessionária proceder isenção de tarifas e custo de seus serviços.

QUINTA - Os loteamentos futuros só poderão ser aprovados pela Concedente, desde que, em seu traçado, seja prevista a execução de redes coletoras de esgotos sanitários e de distribuição de água, previamente aprovados pela Concessionária.

PARAGRAFO UNICO - A execução de tais melhorias será suportada pela empresa ou pessoa que efetuar o loteamento.

SEXTA - Caberá à Concedente, recompor a pavimentação das ruas danificadas em decorrência das obras de instalação, ampliação e reparos das redes públicas e coletores prediais, durante a aplicação e carência dos recursos emprestados pelo BNH.

PARAGRAFO UNICO - A Concessionária ficará obrigada a recompor os passeios, ficando-lhe facultado faturar os serviços de reposição contra os usuários diretamente atingidos.

SETIMA - O Poder Executivo Municipal, decretará a utilidade pública para fins de desapropriação ou estabelecimento de bens e direitos necessários aos serviços da Concessionária, seus melhoramentos, extensões e ampliações, nos termos da Legislação Vigente.

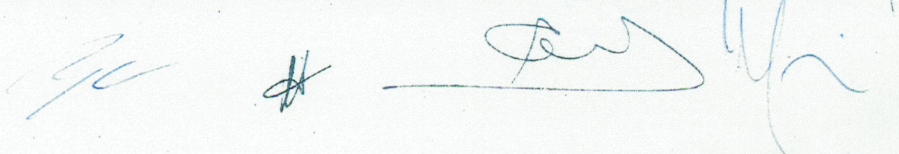
PARAGRAFO UNICO - Nos casos previstos nesta cláusula, o ônus da indenização poderá ficar a cargo da Concessionária, mediante acordo com os interessados ou através de ação judicial, dentro de 5 anos, contados da data do respectivo Decreto.

OITAVA - A Concessionária poderá utilizar, para a realização dos serviços ora concedidos, os terrenos de domínio público Municipal e neles estabelecer servidões através de estradas, caminhos e vias públicas, na forma da lei específica.

NONA - A Concessionária gozará de total isenção de impostos municipais, relativamente a seus bens e serviços de conformidade com a Lei Municipal.

DÉCIMA - A Concedente participará com uma contribuição efetiva de 25 % (vinte e cinco por cento) do custo da obra do sistema de abastecimento de água, estimado nesta data em Cr\$ 1 443 452,50 (um milhão, quatrocentos e quarenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos) ou seja 21 566,60 UPC.

PARAGRAFO PRIMEIRO - A participação da Concedente, de que trata esta cláusula, no valor de Cr\$ 360 863,00 (trezentos e sessenta mil, oitocentos e sessenta e três cruzeiros) ou seja 5 391,65 UPC, será





efetivada em 6 (seis) parcelas mensais de 898,61 UPC, vencíveis no dia 30 de cada mês, a partir de agosto de 1972.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Concedente participará, ainda, com igual percentagem, nas futuras construções, melhoramentos, extensões ou ampliações dos sistemas da cidade, de acordo com cronograma físico-financeiro das obras.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A participação futura de que trata o parágrafo segundo, será em dinheiro e/ou bens e direitos dos sistemas existentes ficando desde já estabelecido que as participações serão transformadas em ações preferenciais no capital da Concessionária, respeitadas as disposições do artigo 2º e seus parágrafos da LEI DE CONCESSÃO, num montante que não inviabilize economicamente a implantação da obra.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de bens e direitos aludidos no parágrafo terceiro, o valor dos mesmos será fixado por avaliação na forma do Decreto Lei nº 2627, de 26 de setembro de 1940 (Lei das Sociedades por Ações).

DÉCIMA PRIMEIRA - Por ocasião da assinatura do presente contrato, o Poder Executivo outorgará procuração à Companhia de Saneamento do Paraná-SANEPAR, de acordo com as disposições do artigo 3º da Lei de Concessão.

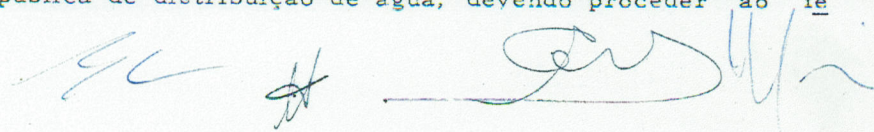
DÉCIMA SEGUNDA - Será de responsabilidade do Município os pagamentos das tarifas devidas por banheiros, fontes, torneiras públicas e ramais de esgotos sanitários utilizados pela Concedente ou de sua responsabilidade.

DÉCIMA TERCEIRA - A Concessionária não se responsabilizará pela interrupção de fornecimento dos serviços de água e remoção de esgotos sanitários motivada por força maior, como greves, inundações, acidentes, incêndio, comoções públicas, guerras etc.

DÉCIMA QUARTA - A Concessionária manterá constantemente estudos visando o aprimoramento e a programação das obras de instalação e de ampliação dos serviços públicos concedidos dentro de sua política de ação.

DÉCIMA QUINTA - Sempre que julgar necessário, a Concedente poderá solicitar esclarecimentos quanto ao programa de ação em prática na área atendida pela Concessionária e às tarifas vigentes.

DÉCIMA SEXTA - A Concessionária poderá embargar o funcionamento de poços artesianos, freáticos e cisternas existentes nos locais providos de rede pública de distribuição de água, devendo proceder ao fe





chamento e lacrar as referidas fontes de abastecimento sem o direito dos proprietários ou usuários reclamarem qualquer indenização.

PARAGRAFO UNICO - Fica desde já estabelecido que as disposições desta cláusula, somente serão aplicadas quando o sistema operado pela Concessionária possuir condições técnicas para atender os usuários abastecidos por poços particulares.

DÉCIMA SÉTIMA - Poderá a Concessionária sustar o fornecimento de água aos usuários, sempre que o débito do imóvel ultrapassar trinta dias do vencimento, e em outros casos previstos em seu Regulamento.

DÉCIMA OITAVA - Ocorrendo o caso de não prorrogação do prazo de concessão prevista na cláusula primeira, ou rescisão do presente contrato, o acervo do sistema de água e coleta de esgotos sanitários, será transferido ao patrimônio do Município, respeitados os estatutos da Concessionária, bem como após assumir a responsabilidade pelo pagamento dos compromissos financeiros porventura existentes na data da transferência do acervo, e, indenizar a SANEPAR pelos investimentos que excederem a participação do Município.

DÉCIMA NONA - O Poder Executivo fica responsável pelas eventuais indenizações de bens e direitos reclamados por terceiros, concessionárias ou não de sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários.

VIGÉSIMA - Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba, Capital do Estado, para nele serem resolvidas todas as questões judiciais, derivadas deste instrumento, renunciando as partes, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

HERLEI JOSÉ VOIPE  
1.º Tabelião

Assinaturas e rubricas a seguir:  
MUNIR SAAB, NADOPOLDO DE ARAUJO, LEOPOLDO T. DE CARVALHO, EROS ALDO SILVEIRA LEPKA  
do que deu fé  
Curitiba, 20 de SET de 1972

Em test. da verdade

Testemunhas:

JOÃO VALDIR JUSTUS  
ESCREVENTE AUTORIZADO  
Rua Mal. Floriano, 256  
Curitiba - PARANÁ  
NICANOR RAMOS FILHO  
OFICIAL

LTC/Imc

Curitiba, 25 de julho de 1972

1.º Tabelião

Eng.º Munir Saab  
Diretor Presidente da SANEPAR

2.º Tabelião

Eng.º Napoleão de Araujo  
Diretor Financeiro da SANEPAR

3.º Tabelião

Bel Leorineu T. de Carvalho  
Assessor Jurídico da SANEPAR

4.º Tabelião

Eros Aldo Silveira Lepka  
Prefeito Municipal de MATINHOS

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
2.º OFÍCIO - CURITIBA - PARANÁ

Aponta-se nesta data sob n.º 58.828 do Protocolo A-1  
Reg.º nesta data sob n.º 3597 do Livro I-4  
Livro Registro Integral Curitiba 21 de 09 de 1972